

Sustentabilidade Corporativa: mero derivado da clorofila?

Milto Bardini

Vice-presidente BicBanco

Que certas palavras mudem de sentido com o tempo, todos sabemos, não carecendo sermos para tanto linguistas ou filólogos. Os estudiosos chamam esse processo de polissemia, o fato de uma mesma palavra adquirir significados diferentes do original. Na nossa vida cotidiana, entretanto, servimo-nos apenas do senso mais recente e desprezamos, sem escrúpulos, o passado etimológico ou histórico das palavras.

Atentem para o termo “escrúpulo”, ao qual acabo de fazer alusão: no latim antigo, *scrupulus* era o diminutivo de *scrupus*, uma pedrinha utilizada como unidade de medida ou de peso, ou ainda uma pedrinha pontiaguda que se infiltrava na sandália do soldado romano, e que lhe atrapalhava a marcha; uma dificuldade, um óbice, um inconveniente. Seu sentido atual teria sido originado pela prática pouco idônea de alguns comerciantes, que não pesavam adequadamente os bens negociados, a pretexto de não disporem de “escrúpulos”, as frações da unidade de peso. Por repetir sistematicamente o procedimento, fraudando o peso e enganando seus clientes, passaram a ser chamados de pessoas “sem escrúpulos”, donde o sentido que, de forma análoga, lhe atribuímos hoje.

Tomemos um outro exemplo: a palavra *Jurista*. Com todo o respeito aos advogados que aqui se encontram, e que provavelmente se consideram titulares exclusivos do termo, a palavra *Jurista* é definida pelo Aurélio, à margem de “*jurisconsulto*”, como a “*persona que empresta*

dinheiro a juros”. Devemos então compartilhar o vocábulo, Srs. advogados!

E por falar em *juros*, observemos o termo *Usura*: o sentido que se lhe dá hoje, o de aplicação de *juros* escorchantes, é bem recente. Por séculos e até milênios, *usura* sempre significou a existência de *juros*, não altos *juros*, mas quaisquer *juros*. Aliás, o Papa Bento XIV, numa encíclica, referia-se aos banqueiros em termos pouco elogiosos, e nos relembra que: “o pecado ocorre quando o credor deseja mais do que deu” e estabelecia, sem o saber, a meta para os *juros* e *spreads*: “A lei que governa os empréstimos consiste necessariamente na igualdade do que é dado e do que é devolvido”. [Suspeito que vocês não apreciariam que, nós bancos, adotássemos essa diretiva quando fôssemos reembolsar suas aplicações...] Fomos nós, mais recentemente, que redirecionamos o sentido da palavra *Usura*, talvez com vistas a acomodar nossas vidas.

Ora, dir-me-eis, por que estou a referir-me ao sentido das palavras, se nosso tema é a Sustentabilidade? Justamente por reear que, às nossas barbas, com nossa convivência, senão com nossa cumplicidade ativa, esteja se produzindo semelhante erosão semântica com o termo Sustentabilidade. Com uma agravante: não foram necessários séculos, mas apenas décadas, para se processar tamanha subversão no sentido dessa palavra.

Senão, vejamos:

Desde 1987, quando a Comissão

Brundtland atribuiu à Sustentabilidade a melhor definição que se conheça, ao afirmar que “é sustentável o desenvolvimento que atende às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras em vir a atender as suas”, não cessamos de empobrecê-la em seu teor e alcance, a ponto que hoje tornou-se corriqueiro reduzir seu foco aos simples cuidados com a ecologia. Jogamos fora a paleta de cores, e adotamos o verde monocromático. Ora, as escolhas intertemporais que a empresa é levada a fazer em todos os seus atos, cotejando opções entre o Hoje e o Amanhã, não podem pautar-se exclusivamente, por mais louváveis que sejam, pelos tópicos relacionados com a Natureza. Desenvolvimento duradouro implica perenidade, a qual se esteia sobre uma estrutura financeira adequada, uma eficiência econômica saudável, uma Governança que extrapole as balizas do clássico relacionamento entre principal e agente para abraçar proativamente as interfaces com todos os stakeholders, uma efetiva ética empresarial, um exercício da Responsabilidade Social despoluído das tintas desvirtuadoras do Marketing, uma adesão, enfim, a comportamentos de respeito ao meio ambiente.

Donde vem que tenhamos, em tão pouco tempo, pilhado o sentido da palavra Sustentabilidade? Primeiramente, de nossa subserviência frente ao idioma inglês, do qual preferimos copiar os termos, ao invés de investir algum esforço para traduzi-los com mais propriedade, respeitando o espírito para além da letra. Justificamos plenamente o velho bordão italiano: Traduttori, traditori... Com efeito, ao ouvirmos Corporate Governance, não pestanejamos, e adotamos, oh! criatividade!, os termos de Governança Corporativa; Sustainability nos inspirou... Sustentabilidade. Mais felizes, ou mais corajosos?, foram os franceses, ao falar de Développement durable,

expressão bem mais rica, mais envolvente, mais comprometedora.

Não faltará quem pretenda que “Desenvolvimento Duradouro” seja um oxímoro, aquela frase em que coexistem dois termos contraditórios, visto que o desenvolvimento é tão dinâmico e, quase que automática e inevitavelmente, agride a natureza... É forçoso reconhecer o dinamismo do “progresso”: na segunda metade do século XX, em meros 50 anos, a população mundial dobrou, a produção de alimentos triplicou, a energia utilizada quadruplicou, e a atividade econômica global quintuplicou. Não se estranhe, pois, dizemos esses críticos, se tal evolução se faça com sensíveis impactos sobre as condições das gerações futuras... Trata-se de um inevitável trade-off, segundo eles. E não hesitam, frente à nossa resistência, em nos brandir o espectro do Maltusianismo...

Mas a razão mais forte que nos levou ao empobrecimento conceitual da expressão “desenvolvimento duradouro” é, provavelmente, a coincidência temporal ocorrida entre a germinação do conceito e a eclosão de certos eventos de agressão à natureza. Os efeitos devastadores do furacão Katrina, em Nova Orleans, em 2006, serviram de trampolim ao documentário de Al Gore, *An Inconvenient Truth*, hoje sobejamente conhecido. A mídia internacional passou a exacerbar tanto as agressões cometidas pelo ser humano contra o seu planeta, quanto às reações deste para com o seu inquilino mal educado e ingrato. O aquecimento global catalisou todas as atenções, e provocou, não sem razão, aliás, um sério questionamento sobre a necessidade de revermos o modelo de coabitação com a Mãe Terra: o século XXI não suportaria mais nossos procedimentos predatórios até então adotados.

Essas preocupações permearam a

vida corporativa americana, impulsionadas pela adesão de alguns líderes empresariais, como Jeff Immelt, sucessor do legendário Jack Welch na GE, ou Lee Scott, da Walmart. Em maio de 2006, num pronunciamento ao Clube Nacional da Imprensa, em Washington, Immelt cunhou uma expressão lapidar: “green is green”, evidenciando que o verde pode ser rentável. De certa forma, o Business Sustainability passou a ser The Business of Sustainability, o Negócio da Sustentabilidade, e não mais, sumariamente, o Negócio Sustentável. Para aquilatar a dimensão desta onda, basta referir-se ao número de livros sobre esse assunto que começam a frequentar as prateleiras das livrarias em diversos países.

Não me interpretem mal: se julgo perigosa a ladeira de esvaziamento semântico do vocábulo “Sustentabilidade”, na qual resvalamos displicentemente, não é por algum zelo linguístico, mas por perceber-lhe, como insidioso sucedâneo, a esgarçada dos valores corporativos, em particular aqueles pétreos já mencionados: os da higidez financeira, da performance econômica, mormente o do lucro sólido e recorrente, da ética empresarial, do compliance com os normativos, do respeito aos stakeholders e não apenas aos shareholders... Esses, e todos esses sem exceção, são e devem permanecer os pilares do desenvolvimento sustentável, na acepção inicial e legítima do conceito. Valorizar apenas um deles, atrofiar os clamores dos outros, acabaria fatalmente por desequilibrar o edifício.

E o que me levaria a temer que uma única árvore pudesse esconder a floresta inteira? Os fatos, não mais (nem menos) que os fatos recentes, dos quais ainda sofremos as consequências. Convenham comigo: nesta sala estamos todos ansiosos por redigir o epitáfio da crise global que se iniciou em 2007. Infelizmente, entretanto, ainda sequer obtivemos

o seu Atestado de Óbito... No hemisfério norte, em particular, a agonia se prolonga, e ninguém prevê uma convalescência inferior a 5 anos – do que testemunham os recentes espasmos provocados pela crise orçamentária americana, ou ainda o estrangulamento das dívidas na periferia da Europa. No vendaval de 2007 a 2009, trilhões de dólares foram queimados, na maior destruição de valor de que se tenha memória; a ONU considera que 90 milhões de pessoas retornarão ao estado de miséria; até mesmo no “país da marolinha”, várias empresas desapareceram, inúmeras saíram machucadas, muitas ainda estão em tratamento, alguns setores foram praticamente desnacionalizados (caso do sucroalcooleiro)... Essa crise, urdida e vitaminada no hemisfério norte, foi o exemplo mais gritante de crime contra a Sustentabilidade: a geração presente cuspiu na futura. Um punhado de empresas privadas, não as pequenas, não as médias, mas as maiores, os ícones do Ocidente, puseram de joelhos economias inteiras, países inteiros, regiões inteiras. Na escolha, como diria Eduardo Gianetti, na escolha entre “pôr mais vida em nossos anos ou mais anos em nossa vida”, não houve hesitação: o Hoje derrotou de forma acachapante o Amanhã.

Ora, digam-me se, por acaso, a ruptura do arcabouço da Sustentabilidade provocada por essa crise se deu no capítulo da ecologia, dos cuidados pelo meio ambiente. Absolutamente não! Falharam os gestores, sobretudo os dos Bancos, falharam os acionistas, falharam os Governos, falharam os Reguladores, falharam os Auditores, falharam as Agências de Rating, falhamos todos os que não soubemos, nos dizeres da famosa carta da London School of Economics à Rainha, perceber o risco sistêmico para além do risco individual de cada operação isoladamente considerada. Mas nada do que ocorreu pode ser atribuído ao descuido das

empresas para com a Natureza; ou, em outros termos, nenhuma porção das agruras que hoje amargamos poderia ter sido evitada caso tivesse havido maior zelo das empresas para com o meio ambiente. Ao contrário, tudo pode e tudo deve ser imputado ao descumprimento dos outros quesitos de Governança e Sustentabilidade que, se respeitados fossem, teriam evitado o sério comprometimento das condições da geração futura, das quais nos cabia termos cuidado.

Tal diagnóstico é cristalino, e impõe conclusões incontornáveis: para garantirmos às gerações futuras condições de desenvolvimento semelhantes às que usufruímos, é imprescindível resgatar o senso original da Sustentabilidade, evitando que ele sucumba aos modismos, ou se esguese pelas pregas do nosso conforto corporativo, ou ainda, não raro, que ele sirva de lastro para ações de marketing desbragadas. Ater-se exclusivamente ao quesito da ecologia para garantir o futuro, é crer que a viagem do Titanic está assegurada apenas porque as cadeiras do convés estão devidamente colocadas e a banda de música adequadamente perfilada.

Tolerem que, adicionalmente ao receio que me inspira o reducionismo ecológico ao qual condenamos a Sustentabilidade, eu compartilhe com vocês três outros desafios que ela deve suplantar para exercer plenamente sua missão no presente e no futuro.

O primeiro deles diz respeito à propensão incursionista dos nossos Departamentos de Marketing nos assuntos de Governança e Sustentabilidade. Nossos colegas de Marketing, é sabido, abominam o vazio e não hesitam em ocupá-lo, num expansionismo que eles consideram lei natural da Física. E como sofrem da síndrome da mariposa, à menor centelha ou claridade tudo desejam mostrar, tudo expor, tudo evidenciar. Não sem antes tudo passar pelo camarim, por aquele processo

tradicionalmente chamado de window dressing. Ao aceitar que os efeitos especiais prevaleçam sobre a trama, corremos o risco de nos sujeitar a uma agenda publicitária cujas prioridades ou centros de interesse podem situar-se a anos luz do verdadeiro espírito da Sustentabilidade.

Lembre-mos do que dizia Clemenceau a respeito da Guerra: A guerra é um assunto por demais importante para ser deixado a cargo dos militares. Pois a Sustentabilidade é um assunto sério demais, complexo demais, vital demais, para que seu conteúdo seja atrofiado em proveito da sua forma.

Um segundo desafio é representado pelas assimetrias temporais da implementação dos quesitos de Sustentabilidade. Explicome. Na sua grande maioria, os preceitos ou recomendações que compõem a Sustentabilidade são limitadores da atuação de uma empresa. Proteger o Amanhã implica, de certa forma, em restringir o presente. Ocorre que tais restrições não são consignadas em normas, por conseguinte carecem de força legal. Os que as adotam o fazem por convicção íntima ou por um pragmatismo utilitário, inspirado nos dizeres de Benjamin Franklin, relatados por Max Weber, apostando que, a médio prazo, este comportamento será compensador. Ora, em qualquer circunstância, a indefinição legal é o paraíso dos afoitos. Na ausência de normas coercitivas, os aproveitadores se locupletam, e através do lucro turbinado pelo silêncio da lei, acabam mudando a relação de forças da concorrência. Em outros termos, repito, a assimetria temporal na adoção das recomendações ligadas à Sustentabilidade propicia o estabelecimento de uma concorrência desleal.

Vejamos se consigo ilustrar o que pretendo afirmar. Suponham que, à busca de um financiamento para a aquisição de um veículo novo, os Senhores se deparem com propostas

de dois bancos concorrentes. Mesmo valor para ambas, mesma taxa de juros, mesmos prazos..., uma diferença apenas: um dos bancos, conhecido por sua adesão à preservação do meio ambiente, impõe como condição que as revisões regulares do veículo financiado sejam feitas na concessionária da marca, com imediata comprovação ao Banco; e, sobretudo, que os testes do ControlAr sejam anualmente feitos e, da mesma forma, imediatamente comprovados junto ao Banco. Caso não se realize a revisão prevista, ou caso o resultado do teste ControlAr seja negativo, a parte ainda remanescente do crédito deve ser imediatamente reembolsada. Qual das duas propostas de financiamento teria sua aceitação? Obviamente, aquela que não impõe condições quaisquer, por mais louváveis que elas possam ser.

Talvez essa ilustração lhes pareça um tanto teórica. Pois venhamos a casos concretos. Eis aqui um contrato de empréstimos a empresas, utilizado por um Banco que não identificarei, mas que, posso asseverar-lhes, conheço muito bem: seu artigo 24 estabelece que:

O devedor e seus garantidores declaram que

- a) *se comprometem a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas federal, estadual e municipal;*
- b) *obedecem aos artigos 5º e 227 da Constituição..., garantindo que não se envolverão, direta ou indiretamente, com quaisquer formas de trabalho escravo, [...] bem como quaisquer formas de trabalho infantil [...];*

- c) *não empregam menor de 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno [...];*
- d) *não utilizam prática de discriminação negativa e limitativa aos acessos na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico.*

Por sua vez, o art. 7 prevê que, em caso de não respeito de qualquer dessas cláusulas, “*operar-se-á, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, para os efeitos do artigo 397 do Código Civil Brasileiro, o vencimento antecipado da totalidade da dívida [...]*”

Coloquem-se no lugar da empresa tomadora do financiamento a quem se pede que assine esses compromissos, e suponham uma vez mais que, competindo com este Banco mencionado haja um outro que não imponha nenhum covenant dessa natureza; em condições financeiras iguais, de que Banco a empresa tomará o empréstimo? Do menos exigente, é óbvio. Porque esta é a decisão mais apropriada para ela; não há como criticá-la. Por outro lado, poderíamos criticar o Banco que não impõe tais condições, já que elas não são requeridas pela lei? Tampouco! Na prática, e nisto reside a perversidade de antecipar-se a certos movimentos, as opções ditadas pela fria racionalidade carregam para uns o resultado de que se privam outros.

Não faltarão quem me sugira que, para vencer tal concorrência, o Banco zeloso pelo tema da Sustentabilidade deveria praticar

condições financeiras mais favoráveis ao tomador, para que este tivesse um estímulo em aceitar certos gravames contratuais. Tal abandono de margem seria aceitável a uma condição, a de que os clientes que aplicam nesse Banco aceitassem, por sua vez, remuneração menor para seus investimentos, em reconhecimento às características de Sustentabilidade do Banco. Não carece dizer-lhes que tal não é o comportamento do mercado.

Extrapolemos os casos da micro-economia para analisar um exemplo macro dos possíveis efeitos da assimetria temporal a que me refiro: por que, pensam os Senhores, ao propor parcerias de financiamento e de comércio, a China encontra, nos países africanos, maior sucesso do que as entidades multilaterais ocidentais (Banco Mundial e congêneres)? Por não constranger os beneficiários dos financiamentos a nenhuma limitação, ao passo que as entidades ocidentais condicionam a liberação de recursos a uma miríade de “covenants”, todos restritivos e onerosos. Em que isto afeta a concorrência, desta vez em nível de países ou zonas econômicas? Veremos em 20 ou 30 anos, quando a China estiver encastelada nos países fornecedores de commodities, qual será a dificuldade para desalojá-la...

Mutatis mutandis, o Banco que evita deliberadamente fazer empréstimos a companhias desrespeitosas da legislação trabalhista e dos direitos humanos; o Banco que se priva de ganhar dinheiro com as empresas agressoras do eco-sistema; que busca na Declaração de Colvecchio um guia para sua atuação; um Banco que zela por equilíbrios financeiros básicos entre seus passivos e seus ativos, independentemente do custo que isto possa implicar; que não fundamenta seus ganhos presentes na antecipação dos futuros, por mais que a norma o permita; que prefere a

perenidade da recorrência, ainda que terna, à fugacidade do feito, por brilhante que seja; que se respalda numa exegese severa e cuidadosa da regulamentação; uma instituição que aja desta forma será provavelmente, diria até certamente, menos performante do que as que, por alguma razão, desprezarem esses princípios. Tal é o desaguadouro da disparidade de comportamentos entre concorrentes, quando a ação é meramente recomendada, e a omissão é totalmente permitida. Optar pela Sustentabilidade, no estágio atual da legislação, requer um quê de masoquismo financeiro... E nem todos dispõem, necessariamente, dos meios para a prática da política desejada.

Se quisermos disseminar a prática da Sustentabilidade, é de suma importância que transformemos suas recomendações em ditames, seus conselhos em regras, seus ideais em normas; que tornemos mandatórias as suas sugestões, coercitivas as suas propostas, compensador o sacrifício que dela deriva. Aos que são convictos do valor da Sustentabilidade cabe o dever de apoiar os que a adotam e praticam. O silêncio persistente ou a omissão permanente não poderão jamais ser interpretados como aquiescência à política ou adesão ao esforço, mas como um triste e covarde abandono dos combatentes.

O terceiro desafio que se contrapõe à Sustentabilidade tem raízes profundas. Espero que não me tomem por anarquista se sugerir analisá-lo criticamente. Trata-se das informações corporativas, mais concretamente das Demonstrações Financeiras sob seus diversos formatos. Não escapa a ninguém que, em sua quase totalidade, as informações dos balanços, dos Relatórios, dos Releases, dos Fact Sheet... se concentram no passado e ignoram o futuro. O ocorrido é exaustivamente escrutinado e aferido; ao passo que um silêncio profundo paira sobre as condições que pavimentarão a performance da

empresa nos períodos vindouros.

A questão surge inevitável: por que o passado é regulado, e o futuro é livre? Por que o passado é escravo de regras estritas e detalhadas, notadamente as contábeis, e o Amanhã nasce todo dia órfão, encontrando, quando muito, um padrinho distante na forma de ONG? Por que o que já se foi é sistematizado, e o que está por vir não o é? Teríamos perdido qualquer interesse em continuar a viver? Seríamos candidatos a gestores de museus, no departamento de mumificações? Ou teríamos optado por viver sob a ditadura do retrovisor?

Não estou, vejam bem, a questionar o rigor e a metodologia dos registros contábeis, longe disso; indago apenas o porquê de tanto privilégio para com o ocorrido que, a rigor, já nos impactou, e de tanto descaso para com o que está por vir, que ainda nos influenciará. Não lhes parece paradoxal essa opção inequívoca pelo Ontem?

Como faremos para impulsionar e fazer prosperar os conceitos de Sustentabilidade, que no fundo tratam do equilíbrio entre o Hoje e o Amanhã, se nos entregarmos, sem pejo nem hesitação, ao Ontem? Cumpre-nos, e é o que proponho, criar uma grade compulsória de informações corporativas sobre o futuro, que permitam entrever as capacidades inerentes a cada companhia para assegurar a perenidade. Essas informações serão, na sua maior parte, qualitativas, e tratarão entre outras coisas: da qualificação dos Recursos Humanos; do nível de Governança da companhia; das políticas e práticas de Responsabilidade Social; dos procedimentos de Ética empresarial; das capacidades tecnológicas; do relacionamento com a clientela; do “moral da tropa”, para usar a terminologia de Clausewitz; do valor da marca; das perspectivas do mercado alvo; da imagem junto aos Institutos de proteção ao Consumidor,

etc. Bem sei que a tarefa de mensurar o qualitativo não é trivial, sobre isto cada um de nós tem suas experiências próprias. Mas é imperativo fazê-lo. Como pretendia Peter Drucker: “What gets measured gets managed” – o que é mensurável é gerenciável.

Tentarei concluir, para o alívio de muitos de vocês. A simplificação exagerada de um conceito tão rico como o de Desenvolvimento Sustentável encerra um risco semelhante ao da crise global de 2007. Não é de se descartar, aliás, que os reducionistas sejam os mesmos que provocaram a crise. Repito, para o benefício da nossa reflexão: a quem interessa reduzir o conteúdo programático da Sustentabilidade ao simples zelo pela Natureza? Não seria àqueles que já construíram seu progresso econômico às custas da própria Natureza, e que agora preconizam que façamos o que, eles, não fizeram?

Longe de mim pretender que a Natureza não mereça cuidados... O que insisto em dizer é que eles não bastam. Eles devem compor um conjunto de políticas e de ações que, para retomar uma expressão de Kofi Annan, give a human face to the global market – dê uma feição humana ao mercado global. Constituiria um ato de irresponsabilidade para com as gerações futuras limitar nossos esforços atuais a apenas um dos prismas desse diamante que é a perenidade da empresa. A Sustentabilidade não é mero derivado da clorofila, tampouco um Departamento do Ibama. A quem desejar ver como se avalia a Sustentabilidade corporativa em seu sentido pleno, convido a analisar os testes pelos quais uma empresa deve passar para fazer parte do índice ISE da BMF&Bovespa, ou ainda os crivos aplicados por uma empresa internacional para atribuir o rating de Sustentabilidade a um Banco: são centenas de critérios e checagens, cobrindo os pilares que já mencionei, resumidamente, os

da Responsabilidade Social, da Responsabilidade ambiental e do Desenvolvimento econômico.

Mas devemos ir além. Os impactos da crise global precipitaram um movimento ascendente do Brasil na comunidade econômica internacional. Fomos, mais cedo do que imaginávamos, instados a participar do pelotão de frente das nações mundiais, que busca atualmente redefinir as balizas da convivência e da prosperidade. Inúmeras poderão ser nossas contribuições na construção de uma Governança supranacional, desde que abandonemos certos cacotes, dentre os quais o de, sistematicamente, pavlovianamente, olhar para o Norte, como se dele, ou só dele, emanassem verdade e exemplo. Em matéria de Governança e Sustentabilidade, a recente crise nos apresentou uma oportunidade de alforria intelectual. Importa aceitarmos a incumbência e a responsabilidade, posto que a todo direito corresponde um dever.

Tenhamos uma visão holística das coisas. Cuidemos do Hoje tanto quanto do Amanhã. E neste cuidado, desloquemos o enfoque, até hoje hegemônico, se não monopolístico, da tradicional conceituação de Governança, que é a disciplinar, para adotar o enfoque que reconheça igual valor a todas as partes relacionadas, dentre elas também, sim, a Natureza. A Sociedade, da qual emanam e na qual se respaldam nossas companhias, as Comunidades nas quais elas se inserem, têm méritos e direitos. Construamos sem mais tardar com elas uma agenda social positiva. Cessemos de correr atrás dos acontecimentos, ou de agir unicamente quando encurralados. Cedo ou tarde, e melhor seria que fosse mais cedo do que mais tarde, haveremos de admitir a profundidade do pensamento de Victor Hugo: *“Pode-se resistir a invasões de exércitos, mas não se pode resistir à força de uma idéia cujo tempo chegou.”*.